

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:
As Diretorias das empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentam aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
A T I V O				P A S S I V O			
Circulante		59.256.601	45.712.150	Circulante		53.523.947	42.330.452
Disponibilidades	4	825.521	808.596	Depósitos	17	9.615.836	9.992.792
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	13.859.889	11.661.567	Depósitos à vista		5.044.472	5.687.760
Aplicações em operações compromissadas		12.215.639	9.611.999	Depósitos de poupança		1.048.086	1.292.277
Aplicações em depósitos interfinanceiros		978.386	1.267.687	Depósitos interfinanceiros		73.800	39.134
Aplicações em moedas estrangeiras		665.864	781.881	Depósitos a prazo		3.449.478	2.973.621
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6 e 7	14.304.180	10.626.034	Captações no mercado aberto	18	7.493.550	4.879.037
Carteira própria		5.534.168	7.430.921	Carteira própria		1.618.933	826.472
Vinculados a operações compromissadas		1.610.766	1.307.410	Carteira de terceiros		1.326.927	3.122.266
Instrumentos financeiros derivativos		2.693.763	1.327.702	Carteira livre movimentação		4.547.690	200.299
Vinculados à prestação de garantias		4.465.483	788.001	Recursos de aceites e emissão de títulos		1.361.428	1.532.570
Relações interfinanceiras	3.006.127	2.854.226	2.854.226	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.090.135	1.441.268
Créditos vinculados:				Certificados de operações estruturadas		271.293	91.302
Depósitos no Banco Central		3.004.919	2.845.852	Relações interdependências		1.417.347	1.102.707
Correspondentes no país		1.208	8.374	Recursos em trânsito de terceiros		1.417.347	1.102.707
Operações de crédito	8	9.591.404	6.663.720	Obrigações por empréstimos	19.a	6.614.195	4.538.547
Operações de crédito - Setor privado		10.180.624	7.192.697	Empréstimos exterior		6.614.195	4.538.547
Operações de crédito vinculadas à cessão (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.f	(589.848)	(529.717)	Obrigações por repasses do país	19.b	88.247	86.879
		628	740	Instituições oficiais			
Operações de arrendamento mercantil	8	251.215	200.046	BNDES		82.177	81.152
Operações de arrendamento a receber - Setor privado (Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		254.103	202.993	FINAME		4.070	5.727
		(2.888)	(2.947)	Outras instituições		2.000	-
Outros créditos	17.399.399	12.882.972	12.882.972	Obrigações por repasses do exterior	19.b	3.683.602	1.899.975
Créditos por avais e fianças honradas		18.160	163.969	Repasses do exterior		3.683.602	1.899.975
Carteira de câmbio	9	10.585.412	8.018.061	Instrumentos financeiros derivativos	7	4.244.965	2.160.362
Rendidas a receber		30.497	84.146	Instrumentos financeiros derivativos		4.244.965	2.160.362
Negociação e intermediação de valores	10	1.293.220	503.537	Outras obrigações	19.a	19.004.777	16.727.588
Créditos tributários	11	326.859	210.961	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		161.920	149.937
Diversos	12	5.302.417	4.236.574	Carteira de câmbio	9	9.392.346	7.385.233
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.f	(157.166)	(334.276)	Fiscais e estatutárias	20	105.991	284.622
Outros valores e bens	13	15.692	13.368	Fiscais e previdenciárias	20	517.145	489.673
Outros valores e bens		3.074	1.621	Negociação e intermediação de valores	21	4.816.211	4.697.608
Despesas antecipadas		15.692	13.368	Diversas	21	4.816.211	4.697.608
Não circulante	16.768.694	15.129.490	14.303.973	Não circulante	17	5.288.961	4.286.052
Realizável a longo prazo	5	5.319	24.975	Depósitos	17	5.288.961	4.286.052
Aplicações interfinanceiras de liquidez		5.319	24.975	Depósitos a prazo	18	254.176	245.534
Aplicações em depósitos interfinanceiros		5.319	24.975	Carteira própria		254.176	245.534
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6 e 7	8.917.434	7.959.272	Carteira livre movimentação		254.176	245.534
Carteira própria		604.352	1.240.811	Recursos de aceites e emissão de títulos	19.a	738.766	440.711
Vinculados a operações compromissadas		255.997	247.088	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		640.753	440.445
Instrumentos financeiros derivativos		2.870.517	1.545.554	Certificados de operações estruturadas		98.013	266
Vinculados à prestação de garantias		5.186.568	4.925.849	Obrigações por empréstimos	19.a	2.292	-
Operações de crédito	8	4.732.433	3.922.835	Empréstimos no exterior		2.292	-
Operações de crédito - Setor privado		4.964.015	4.265.488	Obrigações por repasses do país	19.b	202.739	193.271
Operações de crédito vinculadas à cessão (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.f	(237.022)	(349.913)	Instituições oficiais			
Operações de arrendamento mercantil	8	(3.335)	655	BNDES		183.247	156.073
Operações de arrendamento a receber - Setor privado (Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(4.100)	(100)	FINAME		19.492	37.198
Outros créditos	9	2.197.049	2.396.836	Obrigações por repasses do exterior	19.b	1.641.823	932.072
Carteira de câmbio		51.540	153.131	Repasses do exterior		1.641.823	932.072
Rendidas a receber		1.094	1.094	Instrumentos financeiros derivativos	7	5.586.995	2.040.991
Créditos tributários	11	1.242.645	1.372.222	Instrumentos financeiros derivativos		5.586.995	2.040.991
Diversos	12	901.770	871.483	Outras obrigações	19.a	1.064.751	1.422.034
Permanente	14	919.794	825.517	Carteira de câmbio	9	37.601	150.614
Investimentos	14	317.031	238.574	Fiscais e previdenciárias	20	115.143	95.303
Participações em coligadas e controladas		311.315	227.557	Diversas	21	912.007	1.176.117
Outros investimentos		11.696	11.017	Resultados de exercícios futuros	24	7.685.586	3.706.736
(Provisão para perdas)		(5.980)	-	Resultados de exercícios futuros		4.106.550	3.905.701
Imobilizado de uso	15	237.653	264.234	Reserva de capital		-	249
Imóveis de uso		176.434	177.675	Reserva de lucros		3.788.266	2.894.042
Imobilizações em curso		12.745	52.724	Ajustes de avaliação patrimonial		(209.230)	(93.256)
Sistemas de processamento de dados		168.593	156.248	Total do passivo		76.025.295	60.841.640
Outras imobilizações de uso		444.109	396.222				
(Depreciações acumuladas)		(564.228)	(518.635)				
Intangível	16	365.110	322.709				
Ativos intangíveis		707.781	639.114				
(Amortizações acumuladas)		(342.671)	(316.405)				
Total do ativo		76.025.295	60.841.640				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas estatutárias	de avaliação patrimonial			
Saldos em 31 de dezembro de 2013		3.905.701	249	414.475	2.821.637	(278.555)	(12.166)	6.851.341	
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	185.299	-	185.299	
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	-	(3.584)	-	-	(3.584)	
Lucro líquido		-	-	-	-	-	124.680	124.680	
Destinações:									
Reservas	24.b e c	-	21.379	-	12.041	-	(33.420)	-	
Juros sobre capital próprio	24.d	-	-	-	(371.906)	-	(79.094)	(451.000)	
Saldos em 31 de dezembro de 2014		3.905.701	249	435.854	2.458.188	(93.256)	(33.420)	6.706.736	
Aumento de capital		200.849	(249)	-	-	-	-	200.600	
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(115.974)	-	(115.974)	
Lucro líquido		-	-	-	-	-	894.224	894.224	
Destinações:									
Reservas	24.b e c	-	44.922	-	849.302	-	(894.224)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2015		4.106.550	480.776	3.307.490	(209.230)	(7.685.586)	(345.101)	7.025.409	
Saldos em 30 de junho de 2015		3.905.701	249	454.240	2.458.188	(138.070)	345.101	7.025.409	
Aumento de capital		200.849	(249)	-	-	-	-	200.600	
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(71.160)	-	(71.160)	
Lucro líquido		-	-	-	-	-	530.737	530.737	
Destinações:									
Reservas	24.b e c	-	26.536	-	849.302	-	(875.838)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2015		4.106.550	480.776	3.307.490	(209.230)	(7.685.586)	(345.101)	7.025.409	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

1 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras combinadas ("Combinadas") do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil ("Conglomerado"), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes do Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras das empresas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais das empresas constantes nesse Conglomerado estão sendo publicadas separadamente.

Em 19 de fevereiro de 2016, o Citigroup Inc. anunciou a intenção de vender suas operações de *Consumer Bank* no Brasil, as quais incluem as operações de banco de varejo e cartões de crédito, sendo que após essa venda o grupo Citi ainda manterá presença no Brasil com o objetivo de continuar atendendo seus principais clientes corporativos e institucionais.

Enquanto o processo de venda está em andamento, os negócios do banco de varejo e cartões de crédito continuarão operando normalmente, incluindo todas as agências e escritórios no País.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 23 de março de 2016.

2 | Descrição das principais práticas de consolidação

Na preparação das demonstrações financeiras combinadas, foram adotados, quando aplicável, os critérios para a consolidação em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, instituído pela Circular nº 1.273 de 29 de dezembro de 1987, do Banco Central do Brasil:

- Foram eliminadas as participações societárias entre as empresas consolidadas;
- Foram eliminadas as despesas e as receitas decorrentes de negócios entre as empresas combinadas;
- Foram eliminados os direitos e as obrigações assumidos entre as empresas combinadas; e
- As operações de arrendamento mercantil estão sendo demonstradas pelo seu valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Desta forma, o valor residual, assim como as demais contas que compõem o cálculo do valor presente das operações de arrendamento mercantil foram reclassificados para o grupo "Operações de arrendamento mercantil".

Destacamos as principais sociedades incluídas nas demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro:

Instituições combinadas	Atividade	Percentual de combinação	
		2015	2014
Banco Citibank S.A. (Banco)	Bancária	100%	100%
Citibank Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Leasing)	Arrendamento	99,99%	99,99%
Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora)	Distribuidora	100%	100%
Pelo método de equivalência patrimonial			
Citibank Corretora de Seguros Ltda. (Seguros)	Corretora	100%	100%
Elavon do Brasil Soluções de Pagamento S.A. (Elavon)	Serviços	49,90%	49,90%
		Percentual de combinação	
Instituições Combinadas	Atividade	2015	2014
Banco Citibank S.A. (Banco)	Bancária	100%	100%
Citibank, N.A. - Filial Brasileira (Entidade)	Bancária	100%	100%
Citigroup Global Markets Brasil CCTVM S.A. (Corretora)	Corretora	100%	100%

3 | Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades, às aplicações em operações compromissadas posição bancada, ouro, às aplicações em depósitos interfinanceiros e às aplicações em moeda estrangeira contratadas com prazo inferior a 90 dias.

c) Aplicações em ouro

As operações com ouro estão apresentadas a valor de mercado e são representadas por ouro físico e certificados de custódia de ouro, registrados em "Disponibilidades".

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

e) Títulos e valores mobiliários



Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

m) Permanente

i. Investimentos

As participações em coligadas e controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de custo, dependendo da relevância do investimento.

Os outros investimentos são compostos, basicamente, por:

- Ações de empresa de liquidação e custódia vinculadas à BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, mantidas a custo original; e
- Outros investimentos, avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

ii. Imobilizado de uso e imobilizado de arrendamento

O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.

Conforme descrito na nota 2, o imobilizado de arrendamento foi reclassificado para a rubrica de "Operações de arrendamento mercantil". O imobilizado das operações regidas pela Portaria nº 140/1984, do Ministério da Fazenda, está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas previstas pela legislação fiscal, acrescida em 30%, quando aplicável. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à superveniência ou insuficiência de depreciação descrita na nota 3i.

iii. Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de software registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008; e
- Aquisição do direito de exploração de folha de pagamento, amortizados pelo prazo contratual.

n) Redução do valor recuperável de ativos (impairment)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; e
- Uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

o) Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

Conforme Carta-Circular nº 3.105 do Banco Central do Brasil os saldos credores apresentados por contas de resultado de natureza devedora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre obrigações por repasses no exterior, são reclassificados para a rubrica "Outras receitas operacionais".

p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a justiça do trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo.

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses acrescidas dos juros desde a data de ajuizamento/citação mensalmente.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:

No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. O referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas a revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável. As ações cíveis e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

ii. Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações fiscais e previdenciárias são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente, e registradas na rubrica de "Provisão para riscos fiscais".

q) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o Imposto de Renda.

Introduzido pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, o Conglomerado adotou o Regime Transitório Tributário - RTT, para cálculo das provisões de imposto de renda e contribuição social, eliminando para fins tributários eventuais ajustes contábeis com o objetivo de padronização da contabilidade brasileira às normas internacionais. Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/2014, que converteu a Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, revogando o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941/2009.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014, entretanto, em nossa avaliação, não produziu efeito nas Demonstrações Financeiras.

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/2015, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras, de 15% para 20%.

A MP entrou em vigor a partir de 1º de setembro de 2015 e a referida MP foi convertida na Lei nº 13.169 de 5 de outubro de 2015.

Em virtude da majoração de alíquota da CSLL, o Conglomerado Citibank registrou crédito tributário adicional no montante de R\$ 112.504. A referida majoração de alíquota aumentou o valor da CSLL a recolher neste exercício no montante de R\$ 7.749.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 30 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que o Conglomerado deve atenuar, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

i. Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e

ii. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de 10 anos.

r) Plano de incentivos com base em ações

O Conglomerado participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup, representado pelos seguintes programas:

- CAP (Capital Accumulation Program), que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiliadas em Planos de Ações (Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA) em que o Conglomerado efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição. As variações posteriores no valor justo de todos os prêmios não exercidos são revisadas anualmente, e quaisquer alterações de valor são reconhecidas no resultado do período.

• Stock Option, programa que o funcionário tem o direito de exercer a opção e receber em dinheiro a diferença entre o preço da ação no mercado e o preço da ação na data da concessão da opção. O Stock Option é um programa com liquidação em caixa e o valor da obrigação é reconhecido durante o período de vigência da opção, pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período.

s) Benefícios a empregados

O Banco Central publicou em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.424, recepcionando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essa Resolução não terá impactos no Conglomerado em função de já adotarmos, pelas melhores práticas contábeis, a Instrução CVM nº 695/2012.

Os benefícios de curto prazo para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e estão registrados de acordo com o Pronunciamento.

4 | Caixa e equivalentes de caixa

	2015		2014	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Disponibilidades em moeda nacional	-	165.938	-	133.204
Disponibilidades em moedas estrangeiras	-	657.624	-	675.392
Aplicações temporárias em ouro	-	2.059	-	-
Aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	-	3.654.351	-	3.593.495
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	321.824	-	173.018
Aplicações em moedas estrangeiras	-	665.864	-	781.881
Total	-	5.467.660	-	5.356.990

5 | Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2015		2014	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Aplicações em operações compromissadas	12.215.639	-	-	9.611.999
Posição bancada	5.304.279	-	-	3.593.495
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.782.868	-	-	1.782.868
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.175.946	-	-	476.431
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.345.465	-	-	3.117.064
Posição financiada	22.951.619	-	-	3.782.650
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	320.443	-	-	320.443
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.139.534	-	-	3.782.650
Notas do Tesouro Nacional - NTN	835.642	-	-	835.642
Posição vendida	4.615.741	-	-	2.235.854
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.425.752	-	-	885.352
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.189.989	-	-	1.350.502
Aplicações em depósitos interfinanceiros	513.226	465.160	5.319	983.705
Certificados de depósitos interfinanceiros	513.226	465.160	5.319	983.705
Outras aplicações	665.864	-	-	665.864
Aplicações em moedas estrangeiras	665.864	-	-	781.881
Total	13.394.729	465.160	5.319	13.865.208

6 | Títulos e valores mobiliários

a) Títulos para negociação

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

	2015		2014	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos para negociação				
Carteira própria	4.385.343	4.369.525	6.056.227	6.007.441
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.822.695	2.821.955	4.130.140	4.123.873
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.232	3.384	1.052	1.053
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.541.515	1.526.966	1.810.462	1.799.167
Ações de companhias abertas	8.897	8.649	59.961	30.333
Ações recebidas por empréstimos	3.475	3.475	30.573	29.103
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	20.124	20.124
Cotas de fundos de índice de mercado	5.529	5.096	3.915	3.788
Vinculado a compromissos de recompra	1.222.785	1.205.707	1.044.362	1.032.967
Letras do Tesouro Nacional - LTN	559.198	554.181	953.318	941.923
Notas do Tesouro Nacional - NTN	663.587	651.526	91.044	91.044
Vinculado à prestação de garantias	3.176.854	3.163.004	778.400	777.801
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	326.663	326.605	288.425	288.357
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.017.972	2.008.970	489.975	489.444
Notas do Tesouro Nacional - NTN	832.219	827.429	-	-
Total	8.784.982	8.738.236	7.878.989	7.818.209

	2015		2014	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
Títulos para negociação				
Abertura por vencimento				
Carteira própria	17.220	1.835.697	714.001	1.187.043
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.835.697	714.001	272.257
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	914.786
Ações de companhias abertas	8.649	-	-	55.610
Ações recebidas por empréstimos	3.475	-	-	-
Cotas de fundos de índice de mercado	5.096	-	-	-
Vinculado a compromissos de recompra	1.222.785	1.205.707	1.044.362	1.032.967
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	351.158
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	203.023
Vinculado à prestação de garantias	3.176.854	3.163.004	778.400	777.801
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	317.719
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	8.886
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	502.523
Letras do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	581.701
Total	17.220	1.835.697	1.807.561	2.940.144

b) Títulos disponíveis para venda

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

	2015		2014	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda				
Carteira própria	1.787.023	1.768.995	2.672.324	2.664.229
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.590	6.591	4.315	4.315
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.030.796	1.028.865	1.743.201	1.732.779
Notas do Tesouro Nacional - NTN	26.747	19.996	103.285	102.783
Debênturas	553.682	544.486	646.556	650.118
Letras financeiras	18.194	18.043	40.763	40.092
Cotas de fundos de investimentos	151.014	151.014	134.204	134.204
Vinculado a compromissos de recompra	702.843	661.056	329.275	293.793
Letras do Tesouro Nacional - LTN	609.846	586.818	263.250	251.500
Notas do Tesouro Nacional - NTN	92.997	74.238	66.025	42.293
Vinculados à prestação de garantias	6.772.738	6.489.047	5.035.278	4.936.409
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.517	4.517	6.618	6.618
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.703.004	6.430.326	5.028.660	4.929.431
Notas do Tesouro Nacional - NTN	65.217	54.204	-	-
Total	9.262.604	8.919.098	8.036.877	7.894.133

	2015		2014	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
Títulos disponíveis para venda				
Abertura por vencimento				
Carteira própria	151.014	1.000.848	12.781	190.304
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	994.456	1.130	33.279
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-
Debênturas	-	-	-	19.996
Letras financeiras	-	6.392	11.651	51.992
Cotas de fundos de investimentos	151.014	-	-	-
Vinculado a compromissos de recompra	-	405.059	169.528	12.233
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	405.059	169.528	12.233
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	74.238
Vinculados à prestação de garantias	4.997	1.297.482	4.855.732	272.115
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	4.517
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	4.997	1.297.482	4.855.732
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	54.204
Total	151.014	1.005.845	1.715.322	5.215.562

O saldo de ajuste ao valor de mercado, no patrimônio líquido, refere-se às perdas não realizadas, deduzidos dos efeitos fiscais, no montante de R\$ (206.069) (2014 - R\$ (59.758)).

Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, foram requeridas margens e o valor depositado foi de R\$ 6.091.005 (2014 - R\$ 4.006.225), garantidas mediante a vinculação de títulos públicos.

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em conta de resultado estão demonstrados a seguir:

	2º Semestre		Exercícios	
	2015	2015	2015	2014
Contratos				
Futuros	4.628.093	7.285.257	949.938	
Opções	36.948	128.251	(121.783)	
Swap	(4.118.453)	(6.040.823)	(615.448)	
NDF	296.022	(40.728)	169.378	
Termo de moedas e títulos	199	527	(1.021)	
Total	842.809	1.332.484	381.064	

8 | Carteira de crédito

a) Composição da carteira de crédito por produto

	2015		2014	
	2015	2015	2014	2014
Operações de crédito	15.150.706	11.466.185		
Empréstimos e títulos descontados	7.113.044	5.349.211		
Financiamentos	5.515.146	3.993.008		
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.345.797	1.207.548		
Financiamentos imobiliários	1.102.838	857.678		
Financiamentos de títulos e valores mobiliários	67.813	50.740		
Operações de crédito vinculadas à cessão (1)	6.068	8.000		
Operações de arrendamento mercantil	254.868	203.148		
Outros créditos	5.691.181	5.156.981		
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 9)	1.213.405	1.346.713		
Títulos e créditos a receber (2) (nota 12)	4.443.303	3.507.662		
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9)	16.313	19.123		
Créditos por avais e fianças honradas	18.160	163.969		
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	-	119.514		
Total de operações de crédito	21.096.755	16.826.314		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (3)	(991.025)	(1.206.239)		
Total de operações de crédito	20.105.730	15.620.075		

(1) Refere-se à cessão de operações de crédito imobiliária realizada em 1º de março de 2012 junto a Brazilian Securities Companhia de Securitização S.A., no montante de R\$ 19.020. Tal operação foi realizada a valor presente dos contratos e com 100% de cobrificação por parte do Banco. O saldo da cobrificação assumida com a contraparte em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 6.169 (2014 - R\$ 8.177).

(2) Referem-se, basicamente, às operações com cartão de crédito a vencer, e que serão reclassificadas para a rubrica contábil "Operações de crédito" em caso de atraso e/ou pagamento inferior ao valor total em aberto.

(3) O saldo da provisão para outros créditos, no balanço patrimonial, contempla também a provisão para títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito no valor de R\$ 0 (2014 - R\$ 10.714).

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

Nível de risco	2015							Provisão
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Rural	Outros serviços	Total	
AA	1.479.208	4.922.935	101.492	72.391	42.674	723.291	7.341.991	-
A	808.351	3.790.976	28.924	3.073.935	52.499	1.153.484	8.908.169	(44.541)
B	429.847	679.021	5.319	1.219.298	32.955	108.619	2.475.059	(24.751)
C	97.867	42.469	5	154.460	-	31.310	325.931	(9.778)
D	40.173	140.869	1	764.851	437	11.892	958.223	(95.822)
E	32.808	40.988	44	120.135	-	7.397	201.372	(60.411)
F	1.790	17.137	1	129.461	-	625	149.014	(74.507)
G	40.186	31.938	-	75.387	-	38.427	185.938	(130.157)
H	72.948	83.390	1.748	371.505	-	21.467	551.058	(551.058)
Total	3.003.178	9.749.723	137.534	5.981.423	128.565	2.096.332	21.096.755	(991.025)

Nível de risco	2014							Provisão
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Rural	Outros serviços	Total	
AA	705.065	3.558.237	268.604	34.691	130.574	386.184	5.083.355	-
A	866.817	2.476.464	40.101	2.809.671	42.629	393.195	6.628.877	(33.144)
B	257.684	202.934	67.161	1.147.779	10.139	667.214	2.286.426	(22.864)
C	82.004	310.321	658	129.153	5.859	161.024	689.019	(20.671)
D	51.127	182.251	41.660	640.080	1.511	15.746	932.375	(93.237)
E	7.304	7.033	80	99.363	-	6.687	120.467	(36.140)
F	5.916	2.722	9	72.784	-	7.321	88.752	(44.376)
G	15.485	6.965	54	78.672	-	36.278	137.454	(96.218)
H	70.990	147.407	246.633	365.216	-	30.243	859.589	(859.589)
Total	2.061.492	6.894.334	598.475	5.377.409	190.712	1.703.892	16.826.314	(1.206.239)

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão			
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da Carteira	%	Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da provisão
AA	7.341.991	-	7.341.991	32,42	-	-	-	-
A	8.908.169	-	8.908.169	38,68	0,50%	(44.541)	-	(44.541)
B	2.472.930	2.129	2.475.059	11,94	1,00%	(24.750)	(21)	(24.751)
C	321.442	4.489	325.931	5,05	3,00%	(9.643)	(135)	(9.778)
D	938.014	20.209	958.223	5,27	10,00%	(93.802)	(12.020)	(95.822)
E	152.631	48.741	201.372	0,78	30,00%	(45.789)	(14.622)	(60.411)
F	50.302	98.712	149.014	0,81	50,00%	(25.151)	(49.356)	(74.507)
G	126.575	59.363	185.938	0,70	70,00%	(88.603)	(41.554)	(130.157)
H	240.087	310.971	551.058	4,35	100,00%	(240.087)	(310.971)	(551.058)
Total	20.552.141	544.614	21.096.755	100,00		(572.346)	(418.679)	(991.025)

Nível de risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão			
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da Carteira	%	Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da provisão
AA	5.083.355	-	5.083.355	30,21	-	-	-	-
A	6.628.877	-	6.628.877	39,40	0,50%	(33.144)	-	(33.144)
B	2.280.736	5.690	2.286.426	13,59	1,00%	(22.807)	(57)	(22.864)
C	682.538	6.481	689.019	4,09	3,00%	(20.476)	(195)	(20.671)
D	909.263	23.112	932.375	5,54	10,00%	(90.926)	(2.311)	(93.237)
E	98.678	21.789	120.467	0,72	30,00%	(29.603)	(6.537)	(36.140)
F	49.333	39.419	88.752	0,53	50,00%	(24.667)	(19.709)	(44.376)
G	85.222	52.232	137.454	0,82	70,00%	(59.656)	(36.562)	(96.218)
H	376.735	482.854	859.589	5,10	100,00%	(376.735)	(482.854)	(859.589)
Total	16.943.772	831.577	16.826.314	100,00		(658.014)	(548.225)	(1.206.239)

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2015	2014
Vencidas há mais de 14 dias	544.614	631.577
A vencer até 90 dias	7.958.007	6.848.831
De 91 a 360 dias	7.414.803	5.606.923
Acima de 360 dias	5.179.331	3.738.983
Total	21.096.755	16.826.314

e) Composição da carteira de crédito por concentração

	2015		2014	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
10 maiores devedores	4.045.042	19,17	2.857.349	16,98
20 seguintes maiores devedores	3.027.788	14,35	2.013.811	11,97
50 seguintes maiores devedores	3.058.562	14,50	1.974.684	11,74
100 seguintes maiores devedores	2.308.757	10,95	1.633.473	9,71
Demais clientes	8.656.606	41,03	8.346.998	49,6
Total	21.096.755	100,00	16.826.315	100,00

f) Movimentações à conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Semestre		Exercícios	
	2015	2015	2015	2014
Crédito com características de concessão de crédito				
Saldo inicial	(1.132.658)	(1.206.239)	(879.190)	
Constituições líquidas de reversões	(426.136)	(679.259)	(889.580)	
Créditos baixados como prejuízo	567.770	894.473	562.531	
Saldo final	(991.024)	(991.025)	(1.206.239)	
Crédito sem características de concessão de crédito				
Saldo inicial	(10.710)	(10.713)	(5.681)	
Constituições líquidas de reversões	10.710	10.713	(5.033)	
Saldo final	(991.024)	(991.025)	(10.714)	
Saldo total	(991.024)	(991.025)	(1.216.953)	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	96.286	189.905	97.526	
Renegociação de créditos	122.700	228.016	46.444	

g) Composição do resultado de operações de crédito

	2º Semestre		Exercícios	
	2015	2015	2014	2014
Empréstimos	763.688	1.401.464	1.361.500	
Títulos descontados	3.113	14.727	99.533	
Financiamentos	112.729	242.120	150.021	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	96.286	189.905	97.526	
Rendas de financiamentos à exportação	583.552	901.030	266.839	
Rendas de financiamentos rurais	56.260	99.771	63.272	
Rendas de financiamentos habitacionais	56.455	100.634	64.878	
Rendas de adiantamentos a depositantes	5.282	9.006	12.670	
Financiamentos de títulos e valores mobiliários	4.449	11.319	5.724	
Rendas de financiamentos em moedas estrangeiras	-	-	7	
Outros	1.433	2.801	3.174	
Total	1.683.247	2.972.777	2.125.144	

h) Operações ativas vinculadas

Apresentamos abaixo informações relativas a operações ativas vinculadas, realizadas na forma prevista na Resolução nº 2.921 de 17 de janeiro de 2002, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

	2015		2014	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Operações ativas vinculadas				
Operações de crédito	1.531.302	44.850	690.957	10.686
Obrigações por operações ativas vinculadas				
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(1.531.302)	-	(690.957)	-
Resultado líquido das operações vinculadas	-	44.850	-	10.686
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Operações ativas vinculadas				
Operações de crédito	409.398	78.667	1.043.237	1.531.302

9 | Carteira de câmbio

	2015		2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros créditos				
Câmbio comprado a liquidar	5.341.931	24.064	4.769.672	80.264
Direitos sobre venda de câmbio	5.309.727	24.328	4.064.051	68.886
Adiantamentos em moeda nacional recebidos (-)	(79.442)	-	(830.880)	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 8.a)	13.174	3.139	15.192	3.931
Outros	22	9	26	50
Total	10.585.412	51.540	8.018.061	153.131
Outras obrigações				
Câmbio vendido a liquidar	5.683.108	24.793	4.221.743	81.728

Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009 e, na Carta-Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, o Conglomerado tem constituído provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, composta basicamente, pelos seguintes casos:

- Fiscal INSS Adicional de 2,5% - R\$ 103.686 (2014 - R\$ 98.565)** - Trata-se de processo onde se discute a legalidade e inconstitucionalidade da exigência de adicional de 2,5% para instituições financeiras na contribuição ao INSS. Houve homologação da desistência parcial no âmbito da Anistia Fiscal Lei nº 11.941/2009, aguarda-se decisão de segunda instância quanto à contingência remanescente.
- Fiscal - IRPJ - Compensação não homologada - R\$ 26.521 (2014 - R\$ 25.460)** - Trata-se de despacho judicial que homologou parcialmente compensações efetuadas pelo Banco. Devido à decisão que exonerou multa de ofício, houve reversão de provisão no primeiro semestre de 2014. Aguardando decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
- Fiscal - PIS e COFINS sobre despesas de corretagem - R\$ 11.410 (2014 - R\$ 10.681)** - Trata-se de processo onde se discute a dedução das despesas incorridas a título de prestação de serviços de corretagem para fins de apuração da base de cálculo do PIS e COFINS devidos a partir de 2003. Aguarda-se decisão de segunda instância.
- Fiscal - PIS EC/17/97 - Anterioridade - R\$ 545 (2014 - R\$ 526)** - Trata-se de Mandado de Segurança pleiteando o recolhimento do PIS do período compreendido entre julho de 1997 a fevereiro de 1998 com base na Lei Complementar nº 7/70. Aguarda-se decisão de segunda instância.
- Trabalhista - Seguro contra Acidente de Trabalho "SAT" - Adicional - R\$ 103.334 (2014 - R\$ 94.933)** - Trata-se de Ação Ordinária pleiteando que seja reconhecida a inconstitucionalidade e ilegalidade das alterações perpetradas pelo Decreto nº 6.042/2007, onde foi majorada a alíquota do SAT de 1% para 3%. Aguardando decisão de primeira instância.
- Cível - Ação indenizatória - R\$ 9.031 (2014 - R\$ 86.910)** - Trata-se de processo onde se discute o reconhecimento do direito à correção monetária plena em razão da edição do Plano Verão, Lei nº 7.730/89. Acordão de segunda instância favorável à Entidade.

Contingências classificadas como risco de perda possível

Não são reconhecidas contabilmente pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais no montante de R\$ 4.693.630 (2014 - R\$ 4.324.624) e cíveis no montante de R\$ 360.155 (2014 - R\$ 483.464), compostos basicamente pelos seguintes casos:

- CPMF em Operações de Clientes - R\$ 304.455 (2014 - R\$ 294.274)** - Auto de infração lavrado para cobrança de crédito tributário relativo à CPMF sobre operações efetuadas com clientes. Aguardando decisão judicial de primeira instância.
- Planos econômicos - R\$ 0 (2014 - R\$ 397.315)** - Trata-se de processos em que o cliente pleiteia o ressarcimento de eventuais perdas em decorrência de expurgos inflacionários. Aguarda-se decisão requerida em terceira instância pela autora.
- PIS/COFINS Despesas de Captação - R\$ 134.029 (2014 - R\$ 124.736)** - Trata-se de processo em que se discute a dedutibilidade de despesas de captação nas apurações de PIS e COFINS. Aguarda-se decisão de instâncias superiores.
- Anistia Fiscal - Desmutualização - BM&FBovespa e CETIP - R\$ 65.106 (2014 - R\$ 58.952)** - Trata-se de processo onde se discute o recolhimento do PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da BM&FBovespa e Cetip em ações. Aguarda-se decisões de instâncias superiores.
- Cível - Ação de cobrança - R\$ 221.956 (2014 - R\$ 192.111)** - Trata-se de ação de cobrança de valores de operação comercial onde o Banco Crefisul atuou como fiador.
- Ações indenizatórias - R\$ 2.532 (2014 - R\$ 91.388)** - Questionamento de negativação junto ao órgão de proteção ao crédito. A redução significativa do saldo de provisão refere-se a alteração da classificação de risco possível para provável em razão de entendimentos jurisprudenciais.
- Contribuições Previdenciárias sobre Participação nos Lucros - R\$ 192.198 (2014 - R\$ 175.517)** - Autos de infração cobrando contribuições previdenciárias sobre participação nos lucros dos empregados pagos de acordo com a Convenção Coletiva. Aguardam-se decisões administrativas.
- ISS em operações de Leasing - R\$ 31.901 (2014 - R\$ 57.976)** - Trata-se de Autos de Infração lavrados para constituir créditos tributários de ISS sobre operações de arrendamento mercantil. Após posicionamento favorável do Superior Tribunal de Justiça, aguarda-se análise de recursos de municípios.

- Ações revisionais - R\$ 0 (2014 - R\$ 53.414)** - Questionamento de cláusulas estabelecidas em contrato. No 2º semestre de 2015 o valor da provisão foi zerado devido a classificação de risco possível para provável e pela análise e os cálculos realizados pelo contador que apuraram saldo favorável ao Citi.
- ISS Corretagem - R\$ 4.448 (2014 - R\$ 4.104)** - Trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre as operações realizadas na BM&FBovespa. Aguarda-se julgamento de embargos à execução.

- IRPJ/CSLL Responsabilidade Solidária - R\$ 3.515.482 (2014 - R\$ 3.197.149)** - Trata-se de auto de infração cobrando IRPJ e CSLL de quitista de Fundo de Investimento em Participações administrado anteriormente pela Entidade. A Receita Federal incluiu a Entidade como responsável solidária no processo administrativo. Aguarda-se decisão de segunda instância.
- IRPJ/CSLL sobre correção monetária de depósitos judiciais - R\$ 325.206 (2014 - R\$ 315.350)** - Auto de infração lavrado para cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e CSLL sobre variação monetária ativa de depósitos judiciais. Aguardando decisão judicial de primeira instância.

A Distribuidora optou por desistir da discussão quanto à desmutualização da CETIP nos termos da Lei nº 13.043/2014, mediante pagamento à vista em 29 de novembro de 2014 aproveitando os benefícios oferecidos pela Lei e suas regulamentações.

Para tanto houve constituição e utilização de provisão no montante de R\$ 289 em 2014 e também a homologação da Anistia que reduziu as contingências em R\$ 507.

Em 03 de Fevereiro de 2015 a Corretora optou por desistir de processo administrativo relacionado ao IRPJ e de CSLL sobre Ganho de Capital na incorporação de ações da Bovespa Holding pela Nova Bolsa S.A. nos termos da Lei 13.097/2015. Houve pagamento à vista no montante de R\$ 18.491 aproveitando os benefícios oferecidos pela Lei e suas regulamentações. Aguarda-se homologação da Anistia que reduziu as contingências em R\$ 107.268.

b) Movimentação das contingências

	Saldo em					Saldo em					
	31/12/2014	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	31/12/2015	31/12/2014	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização
Cíveis	276.941	69.859	(95.086)	(119.579)	30.484	162.619	276.941	50.246	(27.057)	(23.861)	22.876
Trabalhistas	365.068	107.112	(63.605)	(90.647)	44.000	361.928	296.481	265.999	(101.273)	(126.051)	29.912
Fiscais	244.864	20.470	-	(18.613)	15.899	262.620	234.828	1.933	(1.034)	(4.065)	13.202
Total	886.873	197.441	(158.691)	(228.839)	90.383	787.167	786.404	318.178	(129.364)	(153.977)	65.990

23) Pagamentos baseados em ações

Em 29 de outubro de 2009, o Conglomerado fez uma concessão discricionária única de opções para empregados elegíveis em conformidade com o Programa de Concessão Ampla de Opções a Empregados do Citigroup (CEOG) no âmbito do Plano de Incentivos de Ações de 2009 do Citigroup, conforme aprovado pelos acionistas do Citigroup em 21 de abril de 2009. Em conformidade com o CEOG, o direito sobre as opções geralmente é adquirido igualmente ao longo de três anos; o prazo da opção corresponde a 6 anos a contar da data da concessão e as ações adquiridas no exercício não estão sujeitas à restrição de venda.

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 30 de junho de 2011 a Resolução nº 3.989, com efeito, a partir de 1º de janeiro de 2012, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10, que estabelece critérios e condições para mensuração, reconhecimento e divulgação de transações com pagamento baseados em ações.

a) Premissas de valor justo

As premissas utilizadas para avaliação das opções concedidas pelo Citigroup, são baseadas em um modelo binomial de avaliação. A volatilidade foi estimada considerando a volatilidade histórica em opções negociadas do Citigroup e efetuando ajustes nos pontos em que sejam conhecidos os fatores que podem afetar a volatilidade futura. A premissa sobre a expectativa anual de cancelamento de opções por perda do prazo de exercício toma por base a experiência histórica do Citigroup. Além disso, certas ações recebidas através de exercícios de opção, bem como outros tipos de opções concedidas, estão sujeitas a restrições de venda. Os descontos foram aplicados ao valor justo das opções concedidas de modo a refletir tais restrições de venda.

b) Programa de recompensa em ações

O Conglomerado participa do programa CAP do Citigroup, nas quais as ações ordinárias do Citigroup são concedidas sob a forma de ações restritas aos empregados participantes. Para o programa, durante o período de carência aplicável, as ações concedidas não podem ser vendidas ou transferidas pelo empregado participante, que está sujeito ao cancelamento do programa, caso seu contrato de trabalho seja rescindido. Após as concessões adquiridas, as ações tornam-se transferíveis e podem ser vendidas pelo empregado participante.

As recompensas em ações concedidas geralmente são adquiridas à razão de 25% ao ano, ao longo de quatro anos. A despesa associada a recompensas em ações é lançada contra resultado durante o período de aquisição, como se cada parcela de recompensa fosse uma recompensa em separado com sua própria data de aquisição. O programa prevê que os empregados que alcançaram uma determinada idade mais os anos de serviço requeridos (empregados elegíveis a aposentadoria) podem encerrar o vínculo empregatício e continuar com a programação de concessão de suas ações. Para esses participantes, o lançamento dessas recompensas como despesa contra resultado é acelerado com base na data em que as exigências de elegibilidade para a aposentadoria são atendidas.

Para determinadas recompensas com base em ações que sejam liquidadas de tal forma, o Conglomerado reconhece como passivo a sua obrigação perante o Citigroup nos termos do SPAPA. De acordo com o *Stock Plans Affiliate Participation Agreement* - SPAPA, o Conglomerado efetuará um pagamento para o Citigroup com base no preço das ações ordinárias do Citigroup na data de aquisição de cada recompensa concedida na forma de ações. As mudanças no valor contábil de tal passivo durante o período são refletidas como ajuste no resultado do período.

O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2015 totalizava R\$ 137.389 (2014 - R\$ 118.051).

24) Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social representa o investimento da matriz nas empresas que constituem o Conglomerado, acrescido dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), de 31 de julho de 2015, o Citibank N.A. realizou aumento de capital no montante de R\$ 200.600 relacionados ao pagamento de juros a título de remuneração sobre capital próprio.

Em AGE, de 31 de agosto de 2015, o Citibank N.A. realizou aumento de capital no montante de R\$ 249 oriundos de reservas de atualização de títulos patrimoniais.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 44.922 (2014 - R\$ 21.378).

c) Reserva estatutária

Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 90% do capital social do Conglomerado e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação do Conglomerado, estando limitada a 10% do seu capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi constituída reserva estatutária no montante de R\$ 849.302 de lucros acumulados do exercício, sendo, R\$ 764.372 destinados para reserva para equalização de dividendos e R\$ 84.930 para reserva para reforço de capital de giro e utilizados em 2014 o montante de R\$ (363.449), sendo, R\$ (145.146) de reserva para equalização de dividendos e R\$ (218.303) de reserva para reforço de capital de giro.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em 31 de dezembro de 2015, não foram deliberados juros a título de remuneração ao capital próprio. Em 29 de dezembro de 2015, conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 16 de dezembro de 2015, o Conglomerado pagou ao Citibank Overseas Investment Corporation (COIC) o saldo remanescente de R\$ 46.750 de juros a título de remuneração ao capital próprio deliberados em dezembro de 2014.

Em 19 de dezembro de 2014, foram deliberados juros sobre capital próprio no montante de R\$ 451.000 e pagos ao Citibank Overseas Investment Corporation (COIC), o montante líquido de R\$ 136.000 com reservas para reforço de capital de giro, conforme aprovado na AGE.

25) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2º Semestre		Exercícios	
	2015	2015	2014	2014
Rendas de administração e estruturação				
de fundos de investimento (1)	92.567	181.709	186.192	186.192
Rendas de cobrança, comissão de colocação de títulos	30.429	57.321	49.951	49.951
Rendas de serviços de custódia	40.206	80.076	72.244	72.244
Rendas de corretagens de operações em bolsas	26.545	56.661	62.104	62.104
Rendas de serviços prestados	333	290	110.192	110.192
Rendas de utilização de serviços (2)	89.343	172.123	153.334	153.334
Receitas com operações de cartões de crédito	42.873	85.082	78.931	78.931
Receitas com administração de clientes estrangeiros	8.528	16.568	14.654	14.654
Rendas de assessoria econômico-financeira	19.938	40.516	27.129	27.129
Rendas de garantias prestadas	34.669	66.913	62.274	62.274
Outros serviços	47.663	78.571	65.028	65.028
Total	433.094	835.830	882.033	882.033
Receitas de tarifas bancárias - Renda de anuidade				
de cartão de crédito	62.302	122.095	107.775	107.775
Receitas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica	19.420	39.590	38.834	38.834
Receitas de tarifas bancárias - Pessoa física	68.412	127.899	112.875	112.875
Total	150.134	289.584	259.484	259.484

(1) Trata-se de remuneração paga pelos administradores de fundos de investimentos externos, no qual o Banco e a Distribuidora prestam serviços referente à distribuição de cotas.

(2) Remuneração paga pelos estabelecimentos em contrapartida ao direito de integrar o sistema de pagamentos via cartão de crédito.

26) Outras despesas administrativas

	2º Semestre		Exercícios	
	2015	2015	2014	2014
Despesas de aluguel	(32.442)	(64.212)	(64.665)	(64.665)
Despesas de comunicação	(27.673)	(56.778)	(65.475)	(65.475)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(21.766)	(37.933)	(34.572)	(34.572)
Despesas de promoções e relações públicas	(17.069)	(28.899)	(43.286)	(43.286)
Despesas de propagação e publicidade	(27.509)	(42.040)	(35.209)	(35.209)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(46.242)	(90.283)	(83.714)	(83.714)
Despesas de serviços de terceiros	(307.526)	(529.583)	(333.191)	(333.191)
Despesas de serviços técnicos especializados	(47.236)	(88.305)	(110.125)	(110.125)
Despesas de processamento de dados	(123.589)	(233.968)	(170.682)	(170.682)
Despesas de viagens	(15.690)	(28.905)	(23.283)	(23.283)
Despesas de amortização e depreciação	(58.856)	(113.613)	(103.049)	(103.049)
Despesas de água, energia e gás	(7.050)	(13.436)	(9.737)	(9.737)
Despesas de material	(2.716)	(5.438)	(4.891)	(4.891)
Despesas de transporte	(2.774)	(5.488)	(5.106)	(5.106)
Despesas de serviços de segurança e vigilância	(18.052)	(36.209)	(33.702)	(33.702)
Outras despesas administrativas (1)	(27.383)	(49.705)	(47.097)	(47.097)
Total	(783.573)	(1.424.795)	(1.167.784)	(1.167.784)

(1) Inclui encargos, comissão paga à empresa ligada no exterior por indicação de clientes globais e registro com operações de Finame.

27) Outras receitas/(despesas) operacionais

	2º Semestre		Exercícios	
	2015	2015	2014	2014
Receitas				
Receitas com operações de cartões de crédito (1)	65.515	125.470	108.178	108.178
Reversão de provisão para contingências	66.470	158.691	128.172	128.172
Receitas com operações de cessão de crédito	101.037	160.207	33.316	33.316
Varição cambial - obrigações por empréstimos e repasses (3)	20.603	45.830	209.968	209.968
Atualização monetária de depósitos judiciais	29.574	53.112	36.763	36.763
Recuperação de encargos e despesas	9.414	18.839	12.428	12.428
Reversão de provisões operacionais	6.075	7.319	12.280	12.280
Atualizações e recuperação de impostos (4)	14.158	14.271	79.506	79.506
Receitas na remuneração com pagamento baseado em ações	36.278	54.292	2.778	2.778
Receitas com MTM de empréstimos de ações	(39)	7	60.292	60.292
Reversão de provisão para indenizações trabalhistas	6.003	28.834	51.896	51.896
Atualização de Impostos a Compensar	1	1	2.551	2.551
Outras receitas operacionais	47.683	65.095	20.543	20.543
Total	402.772	731.968	758.671	758.671

(1) Inclui encargos, comissão paga à empresa ligada no exterior por indicação de clientes globais e registro com operações de Finame.

(2) Refere-se, substancialmente às receitas de juros de mora e multa por inadimplência dos portadores de cartão de crédito.

(3) Os saldos credores apresentados por contas de resultado de natureza devedora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre empréstimos e repasses e ordem de pagamento em moedas estrangeiras, foram reclassificados para esta rubrica.

(4) Em 2014 refere-se a imposto sobre lucro líquido de R\$ 77.714, referente aos anos de 1989 a 1992, que posteriormente foram considerados inconstitucionais.

(5) Os saldos devedores apresentados por contas de resultado de natureza credora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre operações de crédito, empréstimos e repasses e ordem de pagamento em moeda estrangeiras, foram reclassificados para esta rubrica.

(6) Em 2014 refere-se a imposto sobre lucro líquido de R\$ 77.714, referente aos anos de 1989 a 1992, que posteriormente foram considerados inconstitucionais.

(7) Os saldos devedores apresentados por contas de resultado de natureza credora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre operações de crédito, empréstimos e repasses e ordem de pagamento em moeda estrangeiras, foram reclassificados para esta rubrica.

(8) Em 2014 refere-se a imposto sobre lucro líquido de R\$ 77.714, referente aos anos de 1989 a 1992, que posteriormente foram considerados inconstitucionais.

(9) Os saldos devedores apresentados por contas de resultado de natureza credora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre operações de crédito, empréstimos e repasses e ordem de pagamento em moeda estrangeiras, foram reclassificados para esta rubrica.

(10) Em 2014 refere-se a imposto sobre lucro líquido de R\$ 77.714, referente aos anos de 1989 a 1992, que posteriormente foram considerados inconstitucionais.

(11) Em 2014 refere-se a imposto sobre lucro líquido de R\$ 77.714, referente aos anos de 1989 a 1992, que posteriormente foram considerados inconstitucionais.

(12) Em 2014 refere-se a imposto sobre lucro líquido de R\$ 77.714, referente aos anos de 1989 a 1992, que posteriormente foram considerados inconstitucionais.

(13) Em 2014 refere-se a imposto sobre lucro líquido de R\$ 77.714, referente aos anos de 1989 a 1992, que posteriormente foram considerados inconstitucionais.

(14) Em 2014 refere-se a imposto sobre lucro líquido de R\$ 77.714, referente aos anos de 1989 a 1992, que posteriormente foram considerados inconstitucionais.

(15) Em 2014 refere-se a imposto sobre lucro líquido de R\$ 77.714, referente aos anos de 1989 a 1992, que posteriormente foram considerados inconstitucionais.

(16) Em 2014 refere-se a imposto sobre lucro líquido de R\$ 77.714, referente aos anos de 1989 a 1992, que posteriormente foram considerados inconstitucionais.

(17) Em 2014 refere-se a imposto sobre lucro líquido de R\$ 77.714, referente aos anos de 1989 a 1992, que posteriormente foram considerados inconstitucionais.

(18) Em 2014 refere-se a imposto sobre lucro líquido de R\$ 77.714, referente aos anos de 1989 a 1992, que posteriormente foram considerados inconstitucionais.

(19) Em 2014 refere-se a imposto sobre lucro líquido de R\$ 77.714, referente aos anos de 1989 a 1992, que posteriormente foram considerados inconstitucionais.

(20) Em 2014 refere-se a imposto sobre lucro líquido de R\$ 77.714, referente aos anos de 1989 a 1992, que posteriormente foram considerados inconstitucionais.

(21) Em 2014 refere-se a imposto sobre lucro líquido de R\$ 77.714, referente aos anos de 1989 a 1992, que posteriormente foram considerados inconstitucionais.

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

33| Provisão para reestruturação

O Citigroup está empreendendo uma série de ações globais com o objetivo de reduzir despesas e trazer mais eficiência para os seus negócios nos diversos segmentos em que atua. Entre as ações mencionadas está o plano de readequação da rede de distribuição do varejo no Brasil.

O plano divulgado possui o objetivo de manter uma base de custos menor, concentrando clientes e funcionários em agências mais bem localizadas e com melhor estrutura e capacidade de atendimento. Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi constituída provisão para os gastos com a reestruturação, referente, basicamente, a multa de contrato de aluguel, indenizações a funcionários e baixa de benfeitorias em imóveis de terceiros. O saldo remanescente desta provisão em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 807.

34| Gerenciamento de risco de capital

Em atendimento à Resolução, nº 3.988, de 30 de junho de 2011, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, instituiu a Política de Gerenciamento de Capital, cujas responsabilidades e procedimentos são baseados nas diretrizes de gerenciamento de capital instituídas pelo Citigroup globalmente.

A estrutura de gerenciamento de capital adotada pelo Conglomerado Financeiro Citibank Brasil baseia-se em três princípios, sendo eles: mensuração, monitoramento e planejamento de capital.

O gerenciamento de capital visa maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requerimentos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Ademais, durante o processo de gerenciamento de capital também são consideradas as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência.

Para maiores informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco de capital consulte o site www.citi.com.br, através das opções: Institucional/Código de Conduta e Políticas/Relatório de Risco.

35| Gerenciamento de risco operacional

Em atendimento à Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, instituiu em junho de 2007 a Política de Gerenciamento de Risco Operacional. O Conglomerado Financeiro Citibank Brasil mantém uma Estrutura de Gestão de Risco Operacional com uma Estrutura de Governança para sustentar suas atividades centrais de Gestão de Risco Operacional de antecipação, mitigação e recuperação. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Conglomerado, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa:

Primeira Linha de Defesa - Negócio: O negócio assume seus riscos, incluindo seu risco operacional e é responsável por sua gestão.

Segunda Linha de Defesa - Gestão de Risco Independente e Funções de Controle - Operational Risk Management, Compliance, Finanças, Recursos Humanos e Jurídico: Constituem a segunda linha de defesa com o objetivo de aumentar a eficácia dos controles e garantir a gestão adequada dos riscos operacionais em todos os produtos, linhas de negócios e regiões.

Terceira Linha de Defesa: A Auditoria Interna recomenda melhoria nos processos e práticas de forma contínua e oferece avaliação e análise independente.

O Superintendente de Riscos Operacionais é responsável por garantir o controle e a direção estratégica no processo de identificação de riscos operacionais significativos e controles mitigadores conforme o processo global de Auto-Avaliação de Risco e Controle, bem como no cumprimento de todos os requisitos regulamentares aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação ao Comitê de Riscos, Controles Internos e Compliance, assim como, quando necessário, aos Auditores Independentes e órgãos reguladores, dos riscos operacionais significativos e emergentes, das medidas mitigadoras adotadas, e das possíveis deficiências de controle agregadas e significativas na organização como um todo.

Para maiores informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco operacional consulte o site www.citi.com.br, através das opções: Institucional/Código de Conduta e Políticas/Risco Operacional.

36| Gerenciamento de risco de mercado

Em atendimento à Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, instituiu em março de 2008 a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado. A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura seguem as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup.

A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: a) limites; b) mensuração de riscos; c) modelos; d) avaliação de riscos nas carteiras de *banking*; e) apreçamento e marcação a mercado; e f) novas transações, atividades e operações complexas.

Para maiores informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco de mercado consulte o site www.citi.com.br, através das opções: Institucional/Código de Conduta e Políticas/Risco de Mercado.

37| Gerenciamento de risco de crédito

Em atendimento à Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

Para maiores informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco de crédito consulte o site www.citi.com.br, através das opções: Institucional/Código de Conduta e Políticas/Relatório de Risco.

38| Gerenciamento de risco de liquidez

Em atendimento à Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2013, o Conglomerado Financeiro Citibank Brasil revisou e adequou sua política de Risco de Liquidez.

A gestão do Risco de Liquidez no Conglomerado Financeiro Citibank Brasil é de responsabilidade de *Corporate Treasury*. A política de Risco de Liquidez é única para todo o Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias. Existe uma padronização de mensuração de risco de liquidez para que haja consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco. Os controles de liquidez são feitos em bases diárias e monitorados pela área de *Corporate Treasury* e Risco de Mercado.

Anualmente, o plano de liquidez é elaborado e suas diretrizes são monitoradas ao longo do período e reportadas diariamente. O Risco de Liquidez é monitorado através do cálculo de vários índices e limites estabelecidos na Política de Risco de Liquidez do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil. Como parte do plano anual, os limites de liquidez, índices de liquidez e premissas de cenários de *stress* são revisados e aprovados pelo Comitê. Simulações de cenários de *stress* são feitas e revisadas pelo Comitê de Ativos e Passivos - ALCO. Os cenários de *stress* incluem mudanças significativas nas principais fontes de financiamento, *ratings* de crédito e uso contingente de financiamentos. O resultado desses testes de *stress* é uma série de alternativas que podem ser usadas caso um evento de liquidez venha a ocorrer.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez consulte o site www.citi.com.br, através das opções: Institucional/Código de Conduta e Políticas/Relatório de Risco.

A Diretoria

Alexandre Macedo Barbosa - CRC: 1SP191859/O-5

Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa;
- avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
- avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 9 vezes no período de 1º de janeiro de 2015 à 23 de março de 2016, onde desenvolveu as seguintes atividades:

- Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.
- Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.
- Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos.
- Em atendimento a Resolução nº 3.849/10, do Conselho Monetário Nacional - CMN, e Circulares nº 3.501/10 e nº 3.503/10, do Banco Central do Brasil, no período, o Comitê de Auditoria analisou:
 - os relatórios quantitativos e qualitativos sobre a atuação da área de Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank;

- os relatórios do Diretor Responsável pela Ouvidoria e no que se refere à observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria; e
- relatórios preparados pelos auditores internos e externos a respeito da adequação da estrutura de Ouvidoria. Constatou que a estrutura de Ouvidoria está compatível com a natureza e complexidade dos seus produtos e serviços.

Em sessão realizada em 23 de março de 2016, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do relatório de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, (ii) dos assuntos de destaque do exercício, e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa. Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período. Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 23 de março de 2016.

Comitê de Auditoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e à Diretoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil (Conglomerado), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração,

bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 23 de março de 2016


KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora - CRC 1SP198502/O-8